


Belém e os sentidos da modernidade na Amazônia

Belém y los sentidos de la modernidad en la Amazonia

Belém and the meanings of modernity in the Amazon

Celma Chaves

Doutorado em Teoria e História da Arquitetura pela Universidad Politécnica da Catalunya (2005),
Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, UFPA.
E-mail: celma_chaves@hotmail.com  orcid.org/0000-0003-3437-3844

RESUMO

O artigo faz uma reflexão sobre o sentido do que se convencionou chamar de modernidade nas cidades da região da Amazônia brasileira, e, especificamente na cidade de Belém. Considera-se uma definição da modernidade a partir de três constructos que ao longo do século XX aparecem como temas de debate sobre a região: a visão de uma Amazônia como território homogêneo, a ideia de modernidade e modernização como categoria unificadora dos processos que se deram na região, e a visão idealizada de um momento da história local comumente denominada de “Belle Époque”. Trata-se de entender essas três visões como construções históricas que foram tomadas como signos de uma Amazônia moderna. Busca-se compreendê-las na perspectiva do que aqui se define como antecipações, discursos e expressões, para, ao final, esboçar um intento de desnaturalização desses constructos históricos delineados ao longo do texto.

Palavras-chave: Belém; modernidade; Amazônia.

RESUMEN

Este escrito reflexiona sobre el sentido de lo que comúnmente se ha definido como modernidad en ciudades de la Amazonia brasileña y particularmente en la ciudad de Belém. Se considera una definición de la modernidad a partir de três constructos que a lo largo del siglo XX se discute en el ámbito académico: la visión de una Amazonia como territorio homogéneo, la idea de modernidad y modernización como categoría unificadora de los procesos que ocurrieron en la región; una visión idealizada de un momento de la historia local, la “Belle Époque”. Se trata de entender esas três visiones como construcciones históricas que se toma como signos de una Amazonia moderna. Se procura comprenderlas en la perspectiva de lo que aquí se define como anticipaciones, discursos y expresiones, para, al fin, esbozar un intento de desnaturalización de esos constructos históricos delineados a lo largo del texto.

Palabras clave: Belém; modernidade; Amazonia.

ABSTRACT

The article makes a reflection on the meaning of what has been called modernity in the cities of the Brazilian Amazon region, and specifically in the city of Belém. A definition of modernity is considered from three constructs that throughout the 20th century appear as themes of debate about the region: the vision of an Amazon as homogeneous territory, the idea of modernity and modernization as a unifying category of the processes that occurred in the region, and the idealized vision of a moment in local history commonly known as “Belle Époque”. It is about understanding these three views as historical constructions that were taken as signs of a modern Amazon. It seeks to understand them from the perspective of what is defined here as anticipations, discourses and expressions, in order to sketch an attempt to denature the historical constructs outlined throughout the text.

Keywords: Belém; modernity; Amazon.

Introdução

Este artigo parte da premissa inicial de que as construções históricas são fenômenos complexos, que se naturalizam e se materializam na realidade sócio espacial. No caso da Amazônia e de sua arquitetura e história urbana, muito ainda tem-se por conhecer, discutir, e problematizar, no intuito de construir abordagens que a entendam a partir de sua estrutura interna e particular, no contexto brasileiro e da Pan Amazônia. Nesse sentido consideramos três aspectos que ao longo da segunda metade do século XX até o presente vêm predominando em discursos acadêmicos, oficiais e literários, são eles:

1. A visão da Amazônia como território homogêneo, como um paradigma para justificar ações geralmente apostas ao seu contexto. O mito do El Dorado e do “Inferno Verde” serviram para desencadear, ao mesmo tempo a inserção do território do “pays des amazones” como região, derivando em um processo de exploração com os grandes projetos de mineração e o estabelecimento de modos de vida alheios aos seus climas, modos de vida, biomas, identidades. Na própria chamada “Amazônia Legal”, existem várias outras amazônias,

expressões com referências próprias de seus territórios físicos e simbólicos.

2. As ideias de modernidade e de modernização como categorias unificadoras dos processos que se deram na região. Faço referência especificamente ao período entre as décadas de 1930 a 1950, em que tomamos a arquitetura realizada em Belém, e as medidas dos sucessivos administradores para sancionar um ideário de cidade moderna, e, a partir de 1940, alinhada às políticas norte americanas. Derivam-se ideias de um moderno que permaneceram como parte da cultura arquitetônica contemporânea da cidade de Belém.

3. A decantada Belém da Belle Époque e sua face idealizada de modos de vida europeia e construções ecléticas, que se eternizou no imaginário coletivo, confundindo-se com a cidade real, e que se mantém como o lugar da nostalgia e do saudosismo. Criou-se um mito a partir do qual a cidade se movimenta ciclicamente, buscando retornar ao “fausto da época da borracha”.

Para esta reflexão consideram-se três aspectos: O primeiro, antecipações, refere-se a fatos históricos que possuem um caráter antecipatório com

relação a processos que demarcariam a introdução de uma modernidade na região; o segundo, discursos, se refere às interpretações, narrativas e mitos sobre essa modernidade amazônica; e o terceiro, às expressões como a arquitetura, projetos (construídos ou não), políticas, e também destruições que se apresentam na realidade de cidades durante essas décadas.

Vivências da modernidade

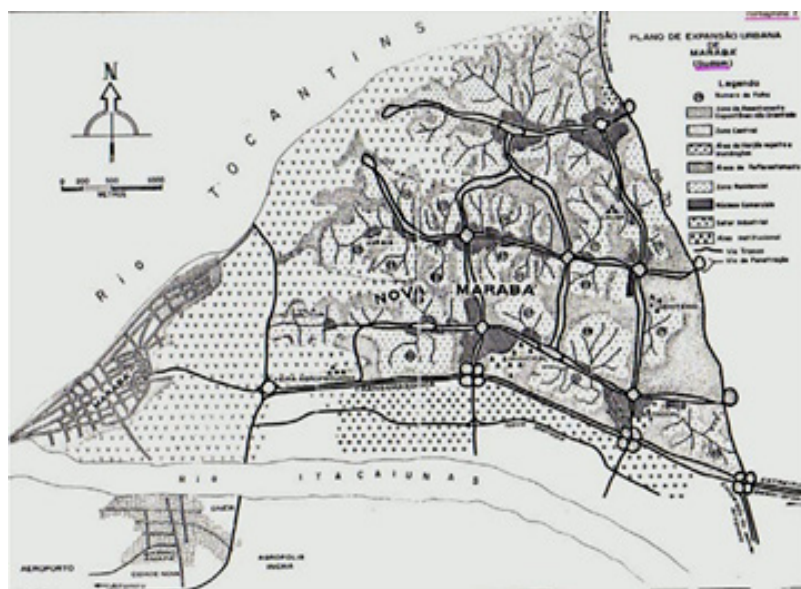
Durante as décadas de 1970 e 1980, grandes projetos econômicos de exploração de riquezas minerais causam impactos na realidade dos espaços urbanos e rurais da Amazônia. Em grande parte do território de uma Amazônia de variados biomas e modos de vida, as atividades extrativistas permanecem como

um dos motores da economia. É nesse panorama que experimentamos a realidade ainda atuante do sistema de aviação, um mecanismo perverso derivado do sistema de produção da borracha, que endividava o trabalhador, enquanto enriquecia o dono dos castanhais na região de Marabá.

Ainda na década de 1970, a cidade de Marabá é inserida na chamada área de segurança nacional, em função dos conflitos fundiários e do movimento da guerrilha do Araguaia nas matas do sul do Pará. Elaborar-se o projeto do núcleo urbano da Nova Marabá, uma cidade nova para abrigar os afetados pelas cheias dos rios, principalmente a de 1980 e, para a afluência de mão de obra com o projeto de exploração mineral da serra dos Carajás (Figura 1).

Figura 1 - Plano de Expansão Urbana de Marabá, 1972.

Fonte: Reproduzido de Almeida (2008).



Esse projeto e os rastros do conflito do Araguaia tornaram a cidade uma fronteira de interesses para o controle do Estado. E assim, deu-se início à implantação do projeto da nova cidade: de traçado orgânico, mas de organização espacial e funcional modernista. A modernidade avançava nessa porção norte do Brasil. Brasília e cidade jardim, automóvel e cidade de costas para o rio, hierarquia viária e destruição da cidade tradicional,

assim se apresentava. Se a condição central da modernidade é que o progresso esteja baseado na destruição construtiva, ou na construção destrutiva, como nos afirmara Harvey (1992), em Marabá isso se confirmaria. Porém, essa modernidade era um ilustre personagem ao qual os marabaenses não se acostumavam, e poucos foram os que quiseram sair de Velha Cidade para ir ao encontro do “novo”.

Assim, a partir de nossa história pessoal, vivenciamos a inserção de Marabá no circuito do capitalismo nacional e mundial. Como Nova Marabá, outras cidades novas, as chamadas “cidades das companhias”, se disseminaram a partir dos Programas de Integração Nacional da Amazônia em 1970: Tucuruí, Barcarena, Núcleo de Carajás, Vila Serra do Navio, cidades nas quais a modernidade chega trazendo uma nova concepção de espaço em que o interesse empresarial muitas vezes prepondera sobre o social.

A modernidade e a Amazônia

Tomamos algumas definições que provêm da filosofia e da sociologia da cultura, como a que define modernidade

como experiência histórica, no sentido que lhe confere Walter Benjamin¹, e que se desenvolve mediada por mudanças materiais da modernização nos âmbitos cultural, técnico e econômico, e pelo desenvolvimento de forças produtivas e intensificação do mercado capitalista mundial. Nessa mesma direção Giddens (1996, p. 33) indaga:

o que é a modernidade? Como primeira aproximação, digamos que a noção de “modernidade” se refere aos modos de vida ou organização social que surgiram na Europa ao redor do século XVII adiante e cuja influência, posteriormente, o converteram em mais ou menos mundiais... [...] a modernidade altera radicalmente a natureza da vida cotidiana e afeta às dimensões mais íntimas de nossa experiência.

Essa experiência da modernidade ou a sua extensão a diferentes pontos do planeta, essa “modernidade-mundo” como nos define Octavio Ianni (2001), não pode ser assumida sem se fazer uma reflexão das diferenças históricas, espaciais e temporais preexistentes, que supõem sua expansão. A modernidade carrega um significado de fragmentação, descontinuidade, porque está em conflito com as condições preliminares de temporalidades pré-existentes. Estas

¹ A experiência como a entende Walter Benjamin que a amplia em um sentido que vai além do empobrecimento moderno que reduz, como enfatiza, a experiência a uma experimentação. A maturidade espiritual se manifesta na experiência; o homem é mais que seu próprio experimento.

condições consistem de complexidades sociais e culturais, tempos e espaços diferentes, configurando diferentes formas de manifestação de tal assimilação e modernidade.

Na América Latina, a experiência da modernidade, como reconhece Adrián Gorelik, não poderia se realizar se não através do artefato criado para ser o palco, objeto e produto mais genuínos da modernidade ocidental, e produto criado como uma máquina de inventar a modernidade, estendê-la e reproduzi-la, a cidade” (GORELIK, 1999). Na proposição do autor, na América Latina, a ideia e o clima cultural da modernidade, foram instaurados como antecipação à escassez de recursos materiais da modernização, como um caminho para a modernização, uma “vontade ideológica de uma cultura para produzir um determinado tipo de transformação estrutural” (GORELIK, 1999).

No território amazônico os primórdios dos processos que criaram o que hoje nós conhecemos como a região amazônica, que não é nem uniforme, nem homogênea, mas que assim foi construída historicamente ou historiograficamente, tiveram papel fundamental os primeiros viajantes, pesquisadores, ex-

ploradores como Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), os britânicos Henry Bates e Alfred Russel Wallace (1848-1859), Louis e Elizabeth Agassiz (1865- 1966), os alemães Spix e Von Martius (1781-1826) e Charles Marie de La Condamine e o arquiteto Antônio Landi, que veio com a Comissão Demarcadora de Limites, entre outros.

A visão desses personagens contribuiu para que a Amazônia do século XIX, como território, fosse concebida a partir de um pensamento que assume a separação entre ciência e natureza, privilegiando a positividades e o evolucionismo como teoria (VICENTINI, 2004). Constrói-se então um novo modelo de compreensão da natureza alinhada ao plano utilitário da exploração e expansão de um sistema social e econômico produtivista, como estudado pela professora Yara Vicentini, em sua tese fundamental sobre a constituição histórica das cidades na Amazônia (VICENTINI, 2004, p. 84).

Será no transcurso do século XIX ao XX que se define o discurso sobre a Amazônia como região. A instensificação do extrativismo com o cultivo dos seringais, e sua conexão com o mercado mundial, junto com o propósito de

defender esse território dos países vizinhos, marca a inserção dessa área como “região”. Os contrastantes interesses das elites paraenses (agricultura) e amazonense (exploração dos seringais) e a posterior produção do látex nessas capitais e no Acre, intensificam a comercialização do produto (VICENTINI, 2004; RIBEIRO, 2012).

A partir daí, Belém e Manaus entram em um processo de acumulação de recursos que possibilitariam as obras e intervenções em seus espaços. Porém, aumenta a população e o abastecimento agrícola escasseia, o que já era sentido desde 1870. A política imperial de colonização não vingou, e os grupos como negros e índios são vistos como elementos negativos; a identidade mestiça e cabocla não serve aos ideais da civilização e progresso, signos distintivos da modernidade, como bem nos esclarece os trabalhos de Ribeiro (2012), Gondim (2007) e Loureiro (2002). O “país das Amazonas” como um bloco regional unificado e as vantagens do seu El Dorado era uma representação que ia se incorporando aos novos valores comerciais que passaram a se acumular com a renda da borracha.

A constituição dessa primeira modernidade na Amazônia brasileira aparece

em dois aspectos fundamentais: por um lado, a brutal adoção de novas formas de relações comerciais e sociais, no século XIX, quando o comércio da borracha é sua tradução paradigmática, ainda que no interior resistisse e predominasse a prática do aviamento. Por outro lado, a cidade antecipa e acolhe a ideia de modernidade, principalmente nas suas cidades capitais como Belém e Manaus, símbolos da prosperidade econômica que perduraria até a primeira década do século XX. Enquanto o mundo rural da Amazônia continuava a se desenvolver por meio do extrativismo e do sistema de trocas, a modernidade se antecipa na cidade, alinhada às políticas que se desenvolveriam com a economia do látex, enquanto nas áreas rurais persiste o sistema do arcaico nas relações de trabalho: o aviamento (VICENTINI, 2004).

Belém: da modernidade europeia à norte americana

Na capital do Pará as propostas de transformações já se anunciavam em meados do século XIX, quando o secretário de obras públicas e depois intendente João Coelho Gama e Abreu (1855-1894), o barão do Marajó, já percebendo o potencial econômico da atividade ex-

trativista da hevea brasiliensis (borracha) pensa para a cidade uma série de ações e políticas urbanas (FONSECA, 2014), consistindo num prenúncio daquela modernização que o intendente Antônio Lemos realizaria na cidade, aproveitando a crescente demanda pela borracha e sua alta nos preços e sua comercialização no exterior por meio de seus dividendos e empréstimos feitos em bancos internacionais (SARGES, 2008; CASTRO, 2010).

Essa primeira modernidade, que também foi experimentada em Manaus, de clara feição europeia, seletiva e impositiva, só cessaria com a debacle das exportações que começaria nos primeiros anos do século XX, e com o endividamento crescente da administração lemistista, o que levaria ao seu afastamento da intendência em 1911. A partir desses episódios, da saída de Lemos e do fim da economia da borracha, sucedem-se tempos de dificuldades econômicas, em face dos poucos recursos disponíveis para o melhoramento da cidade e de seus serviços (PENTEADO, 1968).

No entanto, está claro que o ideário da modernidade continuava presente nas várias instâncias de poder, e nas aspirações sociais e individuais que permane-

ciam nas décadas seguintes, como uma condição quase inexorável para que Belém mantivesse latente a memória da tão decantada Belle Époque.

Essa Belém afrancesada e elitizada se cristaliza no imaginário coletivo, no que Castro (2010) chama de “cidade sebastiana”, uma cidade dos sonhos, e ao mesmo tempo fantasmal, que permaneceria assombrando as gerações posteriores, criando uma verdadeira nostalgia do ciclo da borracha, uma saudade do que não se viveu. Nesse imaginário, a estética europeia, especialmente a francesa, tem um papel central na arquitetura e na arte. Criou-se uma cidade de aparência europeia ilusória, como nos dizia o filósofo Benedito Nunes, uma cidade que nunca existiu, mas que ainda hoje é esperado seu retorno, como o rei Dom Sebastião de Portugal.

Para registrar, espacializar e visualizar no espaço da cidade da Belle Époque, as intervenções implementadas sob a administração do intendente Antônio Lemos nos aspectos da infraestrutura urbana, sistema viário, edifícios e sistema de transportes, realizamos pesquisa sobre os processos de modernização de Belém entre 1886-1960, em que buscamos identificar por meio de um exaustivo le-

vantamento documental e iconográfico e mapeamento cartográfico, o alcance real e o caráter dessas ações. Conclusões iniciais permitem-nos afirmar que essa modernidade concentrou-se majoritariamente nas áreas centrais da cidade de Belém.

Se na arquitetura a modernidade se expressava nos ecletismos arquitetônicos, no campo das artes visuais, no período entre 1908 e 1929, observa-se um vigoroso movimento cultural, especialmente na literatura e nas artes plásticas, em plena efervescência da economia da borracha, configurando outra antecipação ao florescente movimento da Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo. Belém tem seu precedente nas associações de literatos que desde 1916, buscavam a renovação nas letras. Duas gerações de intelectuais se entrecruzam na virada do século XIX ao XX, em consonância com as pautas de discussão que propunham os movimentos artísticos. O tema se inicia com uma primeira geração por volta de 1910, que, no ambiente da Belle Époque, e tendo como principal protagonista o pintor Theodoro Braga, reinterpreta os fatos históricos, valorizando as representações nacionais, com visão antiacadêmica, ainda que historicista, porém não mais vinculado aos mode-

los que havia assimilado de suas aulas na academia francesa (FIGUEIREDO, 2001, p. 79).

As primeiras manifestações desse moderno no Pará, no âmbito da arte pictórica, foi precisamente a tela “A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará” (1908) de Theodoro Braga, “que começava, assim, a compor uma nova leitura sobre a velha história da Amazônia, no sentido de “recontar e reescrever a própria história da arte do que propriamente em suas técnicas de pintura utilizadas (FIGUEIREDO, 2004).

Era também expressão de uma modernidade o que os literatos da geração de Bruno de Menezes – autor da primeira manifestação da poesia moderna no Pará, o livro “Bailado Lunar” (1924) – realizavam no grupo “Vândalos do Apocalipse”, depois “Academia do Peixe Frito” que, a partir de 1920” retomava os primeiros passos do modernismo, com explosão do Art Nouveau – o estilo original que Bruno de Menezes adotara como perspectiva ainda em 1920” (FIGUEIREDO, 2001).

Nas décadas posteriores à saída de Antônio Lemos, esses “lugares da moder-

idade”, se apresentam não somente em espaços físicos, como repositórios de significados, mas também em lugares mentais, culturais e políticos. Embora o cenário não se apresentasse do mais promissor para a consecução dos objetivos que gestores, profissionais e que certos grupos sociais almejavam, no espaço social e no campo profissional (BOURDIEU, 1999) materializavam-se ideias e propostas que articulavam nos espaços da “velha modernidade eclética”, “uma nova modernidade moderna”.

Durante as décadas de 1930 a 1960 Belém representa os vários sentidos dessa modernidade em momentos de transformações que podem ser identificadas em ações políticas, proposições arquitetônicas e urbanísticas, realizadas ou não realizadas, em intenções não consumadas de modernidades. As obras e ideias de gestores, engenheiros e construtores, que postulavam o ideário de modernidade numa Belém ainda nostálgica dos tempos da borracha, no seu conjunto, dariam visibilidade às novas realizações. Revelar-se-iam não somente no intuito de ruptura que as propostas traziam, mas também na sua própria trajetória: construção do novo, recebido como linguagem de poder e de representação de determinados grupos, mas pos-

teriormente destruído pelas mesmas razões (CHAVES, 2016).

A partir de 1930, as políticas do interventor estadual se associam às diretrizes de Estado estabelecidas por Getúlio Vargas para impulsionar planos de modernização edilícia e urbana. Com o fim do Estado Novo e da Segunda Grande Guerra, defendem-se novas modernidades: por um lado, aquelas associadas a um novo direcionamento na obtenção de recursos financeiros, agora vindos do governo norte-americano. Por outro lado, em um movimento de recepção, acompanhando o moderno que apresentavam nas capitais centrais do Brasil, novas formas de morar e de expressar os poderes institucionais passam a alimentar o imaginário e a vontade de parte da sociedade local. A modernidade agora se alinha com os projetos norte-americano de poder econômico e político. Belém deixa de ser francesa, para se americanizar.

Assumidas principalmente pela interventoria federal no estado do Pará, na pessoa de Magalhães Cardoso Barata, que cumpriria com fidelidade a política de modernização do presidente Getúlio Vargas, e do intendente municipal nomeado por ele, Abelardo Condurú

(1936-1943), aplicam-se ações de melhoramento urbano, de novas construções e de recuperação da infraestrutura urbana. Eram tempos de limitações financeiras para investir na cidade, mas existia um ponto comum que unia as intenções coletivas e individuais: recuperar aquela Belém conhecida de outrora, que a economia da borracha havia possibilitado (Figura 2).

Esse processo de modernização iniciava-se a partir da então Avenida 15 de Agosto, atual Presidente Vargas (Figura 3), reconhecendo a necessidade de regular e fomentar a ocupação dessa via e de seu entorno. Surgem os primeiros edifícios em altura, possibilitados por uma nova legislação que facilitava a aquisição de terrenos (muitos foram doações públicas) e a exigência de gabarito mínimo de 12 pavimentos para sua construção. Aqui é onde se expressam os signos primeiros de um moderno que se expande por um eixo contínuo, cruzando a cidade de oeste a leste, de edifícios a equipamentos públicos, empreendendo um caminho que deixaria a experiência eclética definitivamente excluída desse projeto de modernidade, para alçar novas expectativas pois, como diz Koselleck (2006, p. 314) “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a



partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”.

Assim, embora no caso de Belém essa modernidade se mostre em expectativas e experiências que parecem se distanciar, em que o novo se superpõe e supera o antigo, parece-nos indicar que a construção da cidade se assenta na simplificada noção de causas e efeitos, principalmente de seus processos econômicos.

Figura 2 (direita) - Folheto de divulgação do governo estadual. Belém, 1930.
Fonte: Acervo da autora.

Figura 3 (abaixo) - Avenida Presidente Vargas em 1953.
Fonte: Haroldo Balaixe
In: <http://haroldobalaixe.blogspot.com.br/2009/05/avda-quinze.html>.



Porém, essa é uma questão que precisa a ser questionada, se queremos entender a cidade para além da dicotomia excludente entre passado e presente.

Figura 4 - Plano de Urbanização de Belém da administração Jerônimo Cavalcanti, 1945.

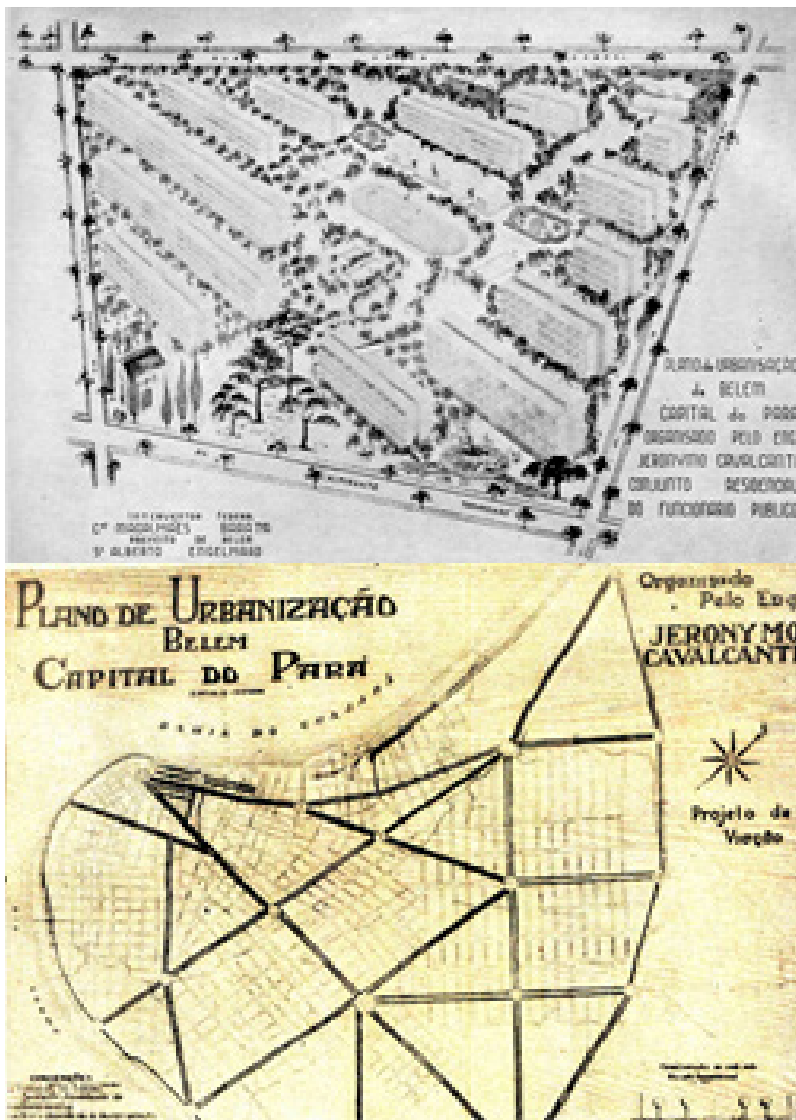
Fonte: Revista PDF, 1947, Rio de Janeiro, em sequência, p.29 (fig.4A) e p.18 (fig. 4B).

Esse intervalo entre a chamada “decadência” da cidade a partir de 1912 e as décadas de 1930 e 1940, pode ser pensado a partir de novos pontos de vista,

no qual as expectativas e as experiências se associam a esse “ethos” a que já se referia Gorelik, para se entender a cidade que daí surge, como lugar de uma modernidade contemporânea. Em que pese essa modernidade estar marcada por uma modernização construtiva, é também signo de destruição. Nesse movimento, se reaquece a nostalgia por uma Belém antiga, agora para ser construída por investimentos norte-americanos. Pelo menos assim eram as intenções, embora, nesse caso, a modernidade também possa ser observada na destruição.

É o caso do Plano de Urbanização de Belém (Figura 4) – que não chegou a se implementar, possivelmente por falta de recursos – que se origina das propostas do governo nacional e local de planificar o crescimento da cidade, com uma regulamentação proposta pelo engenheiro Jerônimo Cavalcanti, nomeado prefeito por Magalhães Barata – cujo mandato duraria menos de seis meses, entre fevereiro e agosto de 1943.²

Embora não tenha sido aplicado, os problemas da capital apontados no seu diagnóstico foram, de certa maneira, levados em conta pelas sucessivas ad-



² O plano consistia de uma série de medidas de expansão da cidade, de zoneamento, de instalação de infraestruturas e de demolição de parte do centro histórico para a construção de um bairro moderno (CHAVES, 2016).

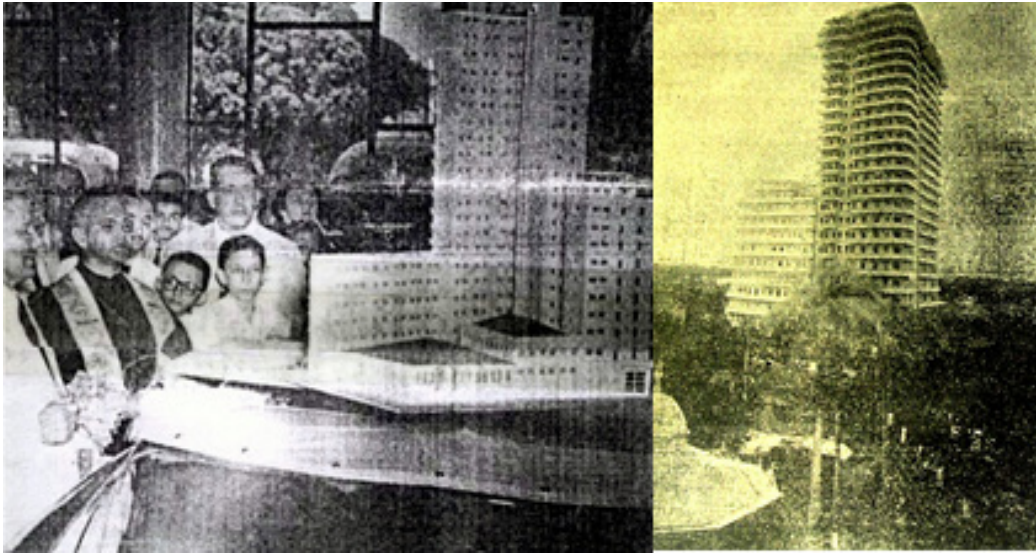


Figura 5 - Divulgação da construção do edifício Manoel Pinto da Silva na Avenida Presidente Vargas. Fonte: Jornal O Liberal, 1964.

ministrações estaduais e municipais que adotaram medidas para afrontar as graves questões urbanas da capital (CHAVES, 2016).

A iniciativa de construções modernas ao longo da Avenida 15 de Agosto foi uma das diretrizes do plano de Cavalcanti. Decide-se sua ocupação a partir de 1945 com as novas expressões da modernidade, aliando sentido político e econômico que a incluiria definitivamente no circuito imobiliário da cidade, ao mesmo tempo em que demarcaria a expansão das construções verticalizadas modernas nas áreas centrais de Belém (Figura 5). Nessa avenida, se aposta, muitas vezes, em construir destruindo: o simbólico Grande Hotel será o derradeiro tiro de misericórdia na transformação dessa avenida no coração da modernidade, derrubado em 1976 para

construção de outro hotel de uma cadeia internacional.

Questões como o transporte público também foram apontadas pelo plano de Jerônimo Cavalcanti. A substituição das linhas de bondes (sucateados e sem manutenção) por empresas de ônibus resultou na paulatina demolição das antigas coberturas que davam abrigos aos passageiros, constituindo outro momento da construção de um “lugar de modernidade”. Entretanto, ainda na década de 1930 já se observam a construção das novas paradas de ônibus e abrigo de passageiros, equipamentos urbanos denominados pela população de clippers (Figura. 6), cujo primeiro e maior deles provavelmente foi construído entre 1936 e 1939, na gestão do interventor federal Jose da Gama Malcher (1935-1943) e do prefeito Abelardo Condurú



Figura 6 - Clippers do Largo da Mercês e no centro da Avenida Portugal.
Fonte: FAU-UFPA.
In: <https://fauufpa.files.wordpress.com/2012/05/clippers-belc3a9m.jpg>

(1936-1943), em sintonia com as linhas estilísticas do streamline norte-americano. A verticalização da Avenida Presidente Vargas anuncia a adoção da tipologia cara aos centros de cidades norte-americanas (Figura 3).

As obras materializadas ou apenas idealizadas – como o edifício para a sede do

Museu Goeldi (Figura 7) ou o plano de Jerônimo Cavalcanti (Figura 5) – eram parte de uma estratégia cujo discurso era reiterado por todos os gestores que passaram pelas esferas dos poderes municipal e estadual. Isto confirma que a Belém moderna era prioridade política, assim como desejo de grupos de intelectuais, comerciantes e empresários, porém, não o era para a grande parcela da população necessitada das melhorias nos serviços públicos.³

Reflexões finais

De tudo que expomos aqui, algumas questões foram se configurando para a possibilidade de delinear um percurso de uma construção historiográfica da arquitetura moderna ou das experiências de modernidade na Amazônia. Dentre essas, consideramos ser imperativo pensar esse fenômeno tanto em suas circunstâncias, os ideários, a movimentação dos atores no espaço social, quanto os objetos materializados no espaço físico, buscando a não naturalização dos fatos históricos, mas o entendimento das tramas e motivações que o fizeram surgir, alinhando-se com a perspectiva de construção do que Paul Veyne chamou de “tramas históricas” (VEYNE, 1992)

³ As principais ações realizadas nas periferias da cidade nesse momento se referiam à limpeza urbana, desapropriação de grandes áreas e o controle dos preços do aluguel (CHAVES (2016).

Nesse sentido, é interessante retomar a fala de Gorelik quando adverte da necessidade de “por em questão a naturalidade das séries em que a ideia de modernidade – mais especificamente de arquitetura moderna – costuma vir inscrita” (GORELIK, 2011, p. 10- 11). A partir desse entendimento, consideramos válidas para uma aproximação à modernidade amazônica. Advertimos, entretanto, que esses são pontos de partida, e que os sistemas internos das cidades e arquiteturas que se apresentam em cada sub-região da imensidão cultural, geográfica, urbana que é a Amazônia brasileira apresenta suas especificidades que precisam ser identificadas e respeitadas, como bem já afirmara a socióloga Violeta Loureiro (2002). A premissa de que existe uma modernização contínua

das diversas dimensões de uma cultura, ou pelo menos uma relação de necessidade entre elas é uma dessas séries a ser desconstruída.

A revisão da historiografia da arquitetura moderna brasileira, iniciada na década de 1980, apresenta diversos agentes e métodos específicos. Em comum encontramos a ampliação do campo historiográfico em várias direções e a definição de encadeamentos formando novas tramas narrativas. A partir daí, podem-se delinear as questões que se mostram relevantes para a construção de uma historiografia da modernidade ou se se quiser, do moderno na e da Amazônia, no sentido que nos aponta Marina Waisman: “com os instrumentos de conhecimento forjados nos

Figura 7- Projeto para nova sede do Museu Emilio Goeldi. Arquiteto W. Silveira Landim. Fonte: Acervo da autora.



países centrais corremos o risco real de nos equivocarmos ou desconhecermos nossa realidade histórico-arquitetônica e urbana” (WAISMAN, 2013, p. 01).

A partir das reflexões desse texto, é possível a construção de um espaço trocas de conhecimentos, em que trabalhe-mos a desconstrução dos mitos, dos construtos históricos, que muitas vezes disseminam visões estereotipadas sobre a região, e construir, assim, uma visão

mais real, honesta, ampla e humana da Amazônia, incluindo novas perspectivas e interpretações das cidades e arquiteturas sobre as quais nos debruçamos em nossas pesquisas. Talvez seja utópico querer desconstruir mitos tão arraigados em nossa cultura, porém, como disse nosso poeta Raul Seixas: “sonho que se sonha só, é um só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto, é realidade”.

Referências

- ALMEIDA, José Jonas. *A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BOURDIEU, P. *La miseria del mundo*. Ediciones Akal/Fondo de Cultura Económica de Argentina: Madrid, 1999.
- CASTRO, Fabio Fonseca de. *A cidade sebastiana. Era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade*. Belém: Edição do autor, 2010.
- CHAVES, Celma. *A casa, a rua e o rio*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos (SP), 1995.
- CHAVES, Tulio Augusto de Vasconcelos. *O plano de urbanização de Belém: cidade e urbanismo na década de 1940*. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura. *A fundação da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará, de Theodoro Braga*. *Nossa História*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 12, p. 22-26, 2004.
- _____. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908- 1929*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2001.
- FONSECA, José Nassar Fleury da. *José Coelho da Gama Abreu: visões de Belém de um funcionário do império (c. 1855-1894)*. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- GIDDENS, Anthony. *Las consecuencias perversas de la modernidad*. Barcelona: Antropos, 1996.
- GORELIK, Adrián. *O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização*. In: MIRANDA, Wander Melo (Ed.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- HARVEY, David. *A condição pós moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- IANNI, Octavio. *Tipos e mitos da modernidade*. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2001 (Cadernos IAP, 16).
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-122, maio-ago. 2002. Disponível online em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200008>.
- NUNES, Benedito, HATOUM, Milton. *Belém e Manaus. Crônica de duas cidades*. Belém: Secult, 2006.
- PASCOAL, Paola. *Theodoro Braga e as proposições para uma arte brasileira*. 19&20, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2013. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/tb_pp.htm>.
- PENTEADO, Antônio da Rocha. *Belém. Estudos de geografia urbana*. Vol. II, Belém: Ed. UFPA, 1968.
- RIBEIRO, Odenei de Souza. *Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.
- SOUZA, Marcio. *Amazônia e modernidade*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, maio-ago. 2002 Disponível online em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200003>..
- VEYNE, PAUL. *Como se escreve a história*. Brasília: Ed. UNB, 1992.
- VICENTINI, Yara. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: EDUFPR, 2004.
- WAISMAN, Marina. *O interior da história. Historiografia da arquitetura para uso de latino americanos*. São Paulo: Perspectiva, 2013.